RELAÇÕES DE GÊNERO E VALORIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE

Elda Alvarenga- Coopemult Consultoria
eldalvarenga@uol.com.br
Leonara M. Tartaglia
Instituto de Formação Avançada de Vitória

O debate sobre as relações sociais de gênero tem crescido nos últimos anos tanto em nível nacional, quanto no Espírito Santo. Apesar das resistências que o movimento feminista tem encontrado ao longo da sua história, observa-se que, a cada dia, esse debate tem-se difundido nos diversos setores da sociedade, entre eles, o da educação. Por se tratar de uma profissão exercida majoritariamente por mulheres, o magistério constitui-se num campo fértil para se avaliar as relações de gênero no trabalho. Este trabalho busca sistematizar a investigação sobre a influência das relações sociais de gênero e a valorização do magistério.

A pesquisa desenvolvida se caracteriza como um estudo de caso do tipo etnográfico e foi desenvolvida em uma escola de uma escola da rede pública estadual de ensino do ES. Teve como pessoas envolvidas na pesquisa alunas e alunos, funcionárias e funcionários, professores e professoras Os dados foram coletados utilizando os seguintes instrumentos de dados: observação do/no cotidiano escolar de aproxidamente 250 horas; entrevistas semi-estruturadas (aplicadas a 18 professores), 207 questionários aplicados a 25 docentes (treze professoras e doze professores), 170 discentes (94 alunas e 76 alunos), doze funcionários/as do administrativo (onze mulheres e um homem). e grupo com focal com alunos de cada turno da escola. Alem desses instrumentos também foi realizada análise documental que consistiu na análise do projeto político-pedagógico da escola, um plano de curso de cada disciplina e documentos referentes ao quantitativo de servidores/as ativos/as por escolaridade, sexo e vencimentos no magistério da rede estadual de ensino, do pessoal do grupo de Tributação, Arrecadação e Fiscalização (TAF), ligado à Secretaria da Fazenda e dos/das trabalhadores/as da Secretaria de Estado da Saúde

do Espírito Santo. Esse procedimento objetivou comparar os vencimentos do pessoal do magistério com os dos/das demais servidores/as, com a mesma formação acadêmica e o mesmo tempo de serviço no Estado. A análise decorrente desses documentos ajudou a enriquecer as informações coletadas e contribuiu para a análise das vinculações das relações de gênero na profissionalização do magistério.

Os dados coletados foram analisados a partir do modelo aberto de categorização, o que possibilitou maior flexibilização na seleção e organização das categorias de análise de pesquisa (LAVILLE; DIONNE, 1999). A opção metodológica nesse caso à técnica de análise do conteúdo, o que possibilitou "[...] desmontar a estrutura e os elementos desse conteúdo para esclarecer suas diferentes características e extrair sua significação" *(*LAVILLE; DIONNE, 1999, p. 214*).*

A caracterização das pessoas envolvidas na pesquisa mostra que uma variedade quanto à idade dos/as docentes, a menor foi 26 anos, e a maior, 70. A maioria (23,08%) das professoras, porém, apontou ter entre 36 a 40 anos. Já entre os professores, o mais jovem tem 24 anos, e o mais idoso, 54. A maioria (33,33%), porém, encontra-se entre 26 a 30 anos. As funcionárias apresentam uma faixa etária superior à dos/das docentes. A maioria (27,27%) tem entre 51 a 55 anos. No que se refere aos alunos e às alunas, a idade é bastante variada, uma vez que a escola oferece o ensino médio nos dois turnos, vespertino e noturno. Assim, a idade variou, entre as alunas, de 13 a 39 anos, com a maior concentração nos 16 anos (21,28%) e, entre os alunos, de 15 a 22 anos, com a maior concentração nos 17 anos (27,63%).

No que se refere à carga horária semanal de trabalho, vimos que, entre as professoras, 38,46 % têm de 21 a 25 horas, e 30,77% trabalham acima de 40 horas semanais no magistério, enquanto, entre os professores, apenas dois (16,67%) apontaram que trabalham mais que 40 horas semanais. As mulheres, em sua maioria (79,32%), estão entre os que trabalham até 25 horas semanais; os homens têm uma distribuição de carga horária de trabalho que corresponde a 41,67% tanto para a faixa de até 25 horas

quanto para a de 26 até 40 horas, o que revela que os homens concentram mais carga horária de trabalho semanal do que as mulheres, mesmo que o percentual das professoras que trabalham acima de 40 horas seja superior ao apresentado pelos professores. Todas as funcionárias que responderam ao questionário (81,82%) trabalham de 26 a 30 horas semanais, enquanto o funcionário trabalha de 16 a 20 horas. No que se refere aos alunos e às alunas, à maioria dos alunos (65,79%) e das alunas (53,19%) afirmou que não trabalha fora de casa, dedicando-se apenas aos estudos.

Quanto à escolaridade, vimos que a maioria das professoras (61,54%) tem pós-graduação "lato sensu" completa, enquanto entre os professores predominou o curso superior incompleto (41,67%). Ao relacionarmos esses dados com o tempo de serviço no magistério, percebemos que as professoras, em sua maioria, são trabalhadoras efetivas de carreira do magistério, enquanto os professores, em sua maioria, ainda são estudantes do curso superior, o que parece justificar também a diferença na faixa etária.

A análise dos dados referentes as relações de gênero e a valorização do trabalho docente indica que a maioria dos/das professores e professoras (50% entre eles e 69 % entre elas) estabelece relação entre a valorização do magistério e a condição de opressão vivida pelas mulheres, conforme os seguintes dados quantitativos:

Tabela 1: Relações estabelecidas por parte do/as docentes, discentes e das funcionárias/o entre o reconhecimento social do magistério e a situação de opressão vivida pelas mulheres.

Perceb e Relação	**Professoras**	**Professores**	**Alunas**	**Alunos**	**Funcionári as**	**Funcioná rio**
SIM	9 69,23%	6 50,00%	1 5 15,96 %	9 11,84%	0 0,00%	0 0,00%
NÃO	2	6	27	37	4	0

	15,38%	50,00%	28,72 %	48,68%	36,36%	0,00%
ÀS VEZES	0 0,00%	0 0,00%	1 1,06%	0 0,00%	0 0,00%	0 0,00%
NS	0 0,00%	0 0,00%	21 22,34 %	14 18,42%	2 18,18%	0 0,00%
NR	2 0,00%	0 0,00%	30 31,91 %	16 21,05%	5 45,45%	1 100,00%
TOTAL	13 100,00%	12 100,00%	94 100,00 %	76 100,00 %	11 100,00%	1 100,00%

Para justificar as respostas afirmativas dadas a essa questão, a maioria dos/das respondentes aponta que o fato de o magistério ser ocupado majoritariamente por mulheres é fruto do descaso dos governantes, *devido ao pouco ou nenhum valor dado ao trabalho feminino* (Professor 4). Aparece também como justificativa o fato de as mulheres serem mais suscetíveis a ceder diante da pressão dos governantes e de não encararem os movimentos de resistência da categoria com mais destemor. Relacionam ainda a desvalorização ao fato de não ser imposta socialmente às mulheres a obrigação de sustentar a família, como acontece com os homens, o que favorece a omissão diante da desvalorização da carreira. Outro elemento que também justifica a relação de desvalorização com a feminização do magistério é a da despolitização desses profissionais. Alguns docentes e algumas docentes fazem crítica aos cursos de formação de professoras e professores, alegando que neles não se discutem questões como gênero e profissionalização do magistério. Um professor desabafa:

A maioria dos cursos superiores, os que formam professores/as de

licenciatura, em especial na Pedagogia, trabalha pouco estas questões, e as licenciaturas centram-se só no conteúdo específico fragmentado, tecnicista e sem articulação com a prática social (Professor 3).

No que se refere à formação, Whitelaw ressalta a importância da inclusão de temas relacionados a gênero e eqüidade na formação de professoras e professores. Para ela, as matérias e conteúdos poderiam focalizar "[...] a compreensão das formas como são construídas e mantidas barreiras à eqüidade na educação, particularmente em relação à educação" (WHITELAW, 2003, p. 35). A autora enfatiza a importância de, nos processos de formação inicial e continuada do magistério, ser garantido espaçotempo para o diálogo com os/as estudantes sobre o modo como os processos e práticas educacionais estão inextricavelmente ligados ao potencial e à capacidade de agir dos indivíduos, e sobre o que significa a tarefa docente com as quais elas se identificam:

- oportunidade de ajudar os/as alunos e alunas a descobrirem e alcançar o seu potencial;

- obrigação de assegurar que as atitudes, práticas e comportamentos dos professores e das professoras não reproduzam as desigualdades, mas as desafiem;

- privilégio de ajudar na compreensão dos/das alunos/as e suas famílias e, acrescentaria, o desafio aos/às colegas do magistério, que compreendem as formas como funcionam as desigualdades, de encontrar maneiras de enfrentar tanto as desigualdades estruturais e institucionais como os comportamentos e atitudes corriqueiros presentes na prática que manifesta tais desigualdades.

Além disso,

> "É importante ensinar às professoras e professores iniciantes sobre o relacionamento entre: suas atitudes e práticas pessoais, os valores éticos e os sistemas escolares, as realizações individuais das crianças – acadêmicas, sociais, psicológicas, culturais, espirituais e morais (ou seja, o desenvolvimento de cada criança em todas essas áreas); e a promoção de uma sociedade justa, isto é, uma sociedade que capitalize as

> habilidades, os conhecimentos, visões e potenciais de todos os seus cidadãos e cidadãs" (WHITELAW, 2003, p. 35).

Apesar de a autora referir-se a professores e professoras de crianças, os princípios podem (e devem) ser aplicados também em cursos de formação de professores e professoras de adolescentes e adultos, como acontece nas licenciaturas. Infelizmente, os planos de curso da escola pesquisada que foram analisados não contemplam essas questões.

Diferente dos/as docentes, o funcionário e as funcionárias (41,66%) afirmaram não perceberem relação entre a situação das mulheres na sociedade e a desvalorização do magistério. Nesse segmento, predominou a ausência das respostas uma vez que 50% não responderam à questão, o que mais uma vez mostra um desconhecimento do referido setor sobre a questão pesquisada. Entretanto, apesar de nenhuma pessoa desse segmento afirmar que percebe a relação da desvalorização do magistério e a condição das mulheres na sociedade, também aparece nas suas falas a desconsideração do governo em relação à educação e, conseqüentemente, aos/às trabalhadores e trabalhadoras em educação. Uma funcionária manifesta-se: *O professor não tem valor para o governo e autoridades competentes* e *as mulheres são discriminadas na sociedade e por isso também recebemos pouco* (Funcionária 3).

Em relação aos/às discentes, verificamos que a maioria não acredita que a desvalorização do magistério esteja relacionada ao fato de as mulheres serem oprimidas na sociedade e de o magistério ser composto principalmente por elas. Enquanto 37,64% responderam que não estabelecem essa relação, apenas 14,11% acenaram positivamente para o fato de serem os professores e as professoras mal remunerados/as e terem condições desfavoráveis de trabalho por ser o magistério eminentemente exercido por mulheres. Também nesse segmento muitas pessoas não responderam (25,62%) ou afirmaram não saber a resposta (25%). Entre as alunas e os alunos, predominam justificativas semelhantes às que aparecem entre os/as docentes. Algumas falas afirmam que o governo não valoriza a

"classe do magistério".

A análise do grupo focal, entretanto, mostra que os alunos e as alunas percebem a desvalorização não apenas nas questões salariais, mas também nas condições de trabalho do magistério. Algumas falas ilustram essa percepção:

Eles [os professores e as professoras] tiveram que passar por um processo muito grande de estudo. E para eles, hoje, chegar em sala de aula, levar desaforo de aluno e ficar meia hora pedindo para sentar ou ficar quieto para dar a matéria e, no final do mês, não receber, porque o salário atrasa e quando recebem, recebem pouco. Eu acho que eles são muito desvalorizados (Grupo Focal Matutino*).*

*Poucos professores ganham salários bons, só aqueles que trabalham em escola particular, alguns ainda. Porque, se a gente aprendeu, se a gente sabe, foram eles que ensinaram. (...) o salário do magistério não é um salário justo. É um salário apenas para a mulher ir lá e ensinar e ganhar uma notinha mais para ajudar em casa (*Grupo Focal Vespertino).

O debate em torno da profissionalização do magistério não é novo e, em nível nacional, não destoa do que vem acontecendo no Espírito Santo, o que, de certa forma, se manifestou nos dados coletados na escola-campo. Muitos e muitas têm debatido esse tema e, por diversas vezes, encontramos tanto na academia como nos cotidianos escolares pessoas que relacionam a precariedade em que se encontra o magistério como profissão, especialmente a educação básica pública, com a predominância das mulheres no exercício dessa profissão.

Catani et al. (2000) apontam que alguns estudos assinalam o lado negativo da feminização do magistério já que acreditam que esse fenômeno trouxe conseqüências negativas para a profissionalização desses/as profissionais, na medida em que a entrada das mulheres no magistério contribuiu para a incorporação da escola na ideologia da domesticidade e da submissão da mulher. As autoras citam como exemplo os estudos de Demartine e Antunes (1993), que relacionam a queda do nível da qualidade do ensino com a feminização do magistério. Catani et al. (2000), entretanto, afirmam

que não foi a entrada das mulheres no magistério que o conduziu "naturalmente" para a desvalorização profissional e salarial. Para as autoras, as mulheres foram ocupando o reduto da educação pelos postos mais baixos da hierarquia do sistema e a desvalorização econômica e social do magistério não esteve ligada a um processo inevitável, natural e universal. E conformam:

> "A desvalorização do magistério foi resultado de seleção de alternativas e escolhas efetuadas por agentes políticos que, diante de condições concretas dadas, optaram por aliar a formação de professores e o próprio magistério a um menosprezo pelo feminino ocultado no discurso, mas revelado pelos baixos salários" (CATANI et al., 2000, p. 26).

As autoras apontam ainda que, com vistas a justificar a precarização do trabalho do magistério e sua conseqüente desvalorização, foram utilizadas artimanhas, tais como a exaltação de qualidades como abnegação, dedicação, altruísmo e espírito de sacrifício, correlacionando isso aos baixos salários e às características tidas como natas da mulher. Louro (2000) concorda com as autoras, ao afirmar que o ingresso das mulheres no magistério foi palco de muitas disputas e polêmicas e, sobretudo, estimulou uma diversidade de discursos ideológicos. Dentre eles destaca-se o discurso científico, que afirmava ser uma insensatez atribuir às mulheres (tidas como menos inteligentes em tais discursos) a educação das crianças. Outras vozes, porém, aponta a autora, alegavam que a natureza inclinada da mulher para o trato com as crianças era condição aceitável para o desempenho de tal papel. Nesse sentido, a docência, além de não subverter a função feminina fundamental, "[...] também poderia ampliá-la ou sublimá-la" (LOURO, 2000, p. 78).

Vieira e Araújo (2003, p. 168), referindo-se ao fenômeno da feminização da enfermagem, destacam que "[...] todo o trabalho relacionado ao mundo privado, doméstico, de cuidar de casa, educar os filhos/as e, inclusive as tarefas de limpeza, foi sendo considerado como decorrente das qualidades das mulheres e não como qualificações". Ressaltam também que é a partir da noção do sujeito sexuado que poderá ser possível entender e aprender a

realidade sexuada que permeia as relações do mundo do trabalho. Por sua vez, Vieira (2003) associa a intensa relação entre a educação e a Igreja na história da educação brasileira ao caráter "missionário" para as atividades do magistério. Para ela, essa construção social do magistério, além de definir os traços comportamentais das professoras, "[...] ajudou a desconstruir a atividade como profissão" (VIEIRA, 2003, p. 12). Aponta ainda que os homens estavam um pouco menos suscetíveis à cobrança social de que o magistério era sacerdócio.

Silva (2002) alerta para o cuidado de não culpabilizar as mulheres pela crescente desvalorização do magistério. Para ela, o ingresso da mulher no mercado de trabalho (especialmente no magistério) não foi uma "doação" de espaço ao sexo feminino. Não acredita que "[...] as mulheres tenham ficado satisfeitas ou concordado com a desvalorização salarial do magistério" (SILVA, 2002, p. 112). A autora destaca ainda que, ao contrário daquilo em que algumas pessoas acreditam, as mulheres representavam (e ainda representam) uma força social potencialmente capaz de promover mudanças na sociedade. Cita como exemplo a luta e organização das chamadas professoras primárias do Espírito Santo, que, desde o final da década de 1950, já se organizavam[30] e reivindicavam melhores condições de trabalho.

Para Rosemberg e Pinto (1985), é visível a dificuldade com que a compreensão da discriminação de gênero penetra em setores da sociedade civil, mesmo entre os movimentos mais politizados. Nesse sentido, apontam que, nos últimos anos, os sindicatos começaram a perceber e passaram a incorporar essas reivindicações às reivindicações específicas das mulheres para a sua emancipação, como por exemplo, na questão das creches. Vieira (2003) enfatiza a importância das lutas sindicais para a denúncia e a superação da imagem sacerdotal que o magistério foi adquirindo ao longo da história. Para ela, essa luta muito contribuiu para anunciar à sociedade o processo de proletarização da profissão.

[30] No ano de 1958, foi fundada a União dos Professores Primários do Espírito Santo (UPPES). Em 1989, aconteceu a unificação da UPPES com a Associação dos Orientadores Educacionais (AOEC) e de Supervisores Escolares (ASSEC) e a transformação da UPPES de Associação em Sindicato, o SINDIUPES.

O censo do/da professor/a de 1997 (MEC/INEP/SEEC) aponta que ainda é predominante a presença das mulheres na educação básica. No Brasil, 85,7% dos/das docentes são mulheres, enquanto 14,1% são homens. No Espírito Santo, não é muito diferente: dos/das docentes que atuam na educação básica, 86,37% são mulheres e 13,45% são homens. A diferença também aparece dentro de um mesmo nível de ensino, com a predominância das mulheres em disciplinas das chamadas Ciências Sociais e dos homens nas disciplinas das Ciências Exatas. A tabela abaixo ilustra essa questão:

Tabela 2: Distribuição percentual dos/das docentes por disciplina e série, segundo o sexo e a unidade geográfica.

Unidade Geográfica	Sexo do/a Professor/a	Disciplina					
		Língua Portugesa			Matématica		
		Série			Série		
		4ª - EF	8 ª - EF	3ª - EM	4ª - EF	8ª - EF	3ª - EM
Brasil	Masculino	7,9	13,3	26,5	8,9	43,7	54,7
	Feminino	92,1	86,7	73,5	91,1	56,3	45,3
Norte	Masculino	13,6	29,0	46,5	18,3	62,9	63,4
	Feminino	86,4	71,0	53,5	81,7	37,1	36,6
Nordeste	Masculino	12,4	20,8	30,6	12,6	57,2	77,4
	Feminino	87,6	79,2	69,4	87,4	42,8	22,6
Sudeste	Masculino	2,6	11,6	25,1	3,6	34,4	46,7
	Feminino	97,4	88,8	74,9	96,4	65,6	53,3
Sul	Masculino	5,2	9,4	16,0	6,3	36,6	39,0
	Feminino	94,8	90,6	84,0	93,7	63,4	61,0
Centro-Oeste	Masculino	9,3	20,5	20,5	10,9	46,0	65,1
	Feminino	90,7	79,5	79,5	89,1	54,0	34,9

Fonte: MEC/Inep/2001

Vemos que, à medida que as séries avançam, paulatinamente vai diminuindo a presença das professoras e, conseqüentemente, aumentando a dos professores em ambas as disciplinas. Entretanto é expressiva a diferença, quanto ao sexo dos/das docentes que lecionam a disciplina de Língua Portuguesa, com predomínio para as mulheres, e Matemática, com predomínio para os homens. No caso da Região Sudeste, vimos que a

presença dos homens na disciplina Língua Portuguesa é menor que em todas as regiões, em todas as séries, e que, como nas outras regiões, é no terceiro ano do ensino médio que mais aparece a presença masculina, assim como é na quarta série do ensino fundamental que mais aparece a figura feminina.

Rosemberg e Pinto (1985) afirmam que ter uma participação majoritária no corpo docente não significa escapar às discriminações. Reforçam a denúncia de que, mesmo numa carreira composta majoritariamente por mulheres, são os homens que ocupam os postos mais elevados no que se refere tanto ao prestígio social quanto ao salário, ou seja, quanto maior a participação feminina menor é o prestígio. Para Rosemberg e Pinto (1985), é visível a deterioração do salário do magistério.

Convém observar que, apesar de a maioria dos estados e municípios do País possuir planos de cargos e salários para os/as professores/as da rede pública (ou seja, os/as professores/as recebem a partir da maior titulação, e não pela área de atuação, e têm adicionais pelo tempo de serviço), as estatísticas mostram que os homens tendem a atingir níveis mais elevados que aqueles atingidos pelas mulheres, isso justificado pela predominância dos homens no nível superior, enquanto as mulheres são maioria na educação básica, especialmente na educação infantil e nas séries iniciais do ensino fundamental. É de notar que ocorre uma inversão: enquanto na educação básica predominam as mulheres, é nesse nível de ensino que predominam os mais baixos salários e as mais precárias condições de trabalho. Se compararmos os dados apresentados por Camacho (1997), de acordo com os quais 65% dos professores e das professoras das instituições federais de ensino superior eram homens e apenas 35% eram mulheres, com os dados mais recentes do MEC/INEP/ 2001, veremos que cresceu, de lá para cá, o número de mulheres nas universidades federais. Em 2001, o percentual alterou para 57,8% de professores e 42,15% de professoras. Entretanto, Rosemberg e Pinto (1985) afirmam que a análise da evolução dos salários, cada vez mais em queda, mostra que esse fato não se constitui em uma perspectiva "auspiciosa" para a participação das mulheres nesse nível de ensino, ao contrário, indica uma crescente desvalorização do

ensino superior no País.

A Tabela 03 mostra que o rendimento médio mensal dos professores e das professoras da educação superior está acima do dos/das professores/as da educação básica e, comparada à das outras profissões, na maioria das vezes com o mesmo tempo de estudo, aparece a desvalorização salarial do magistério, nesse caso, em todos os níveis.

Tabela 03 – Remuneração média mensal e número de profissionais por tipo de profissão, segundo regiões geográficas e Brasil.

(Em R$ 1,00)

Tipos de profissionais	Número de Profissionais no Brasil	Remuneração média por regiões geográficas[1]					
		Brasil	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Professor da educação infantil	201.232	422,78	388,89	232,79	522,44	435,87	749,61
Professor/a de 1ª a 4ª série	881.623	461,67	443,17	293,18	599,19	552,72	567,38
Professor/a de 5ª a 8ª série	521.268	599,85	600,99	372,81	792,82	633,92	593,52
Funções adm.de nível superior em educação	139.575	849,16	753,20	549,6	1.092,85	738,27	834,86
Professor/a de nível médio	348.831	866,23	826,28	628,08	979,16	804,32	872,2
Suboficial das Forças Armadas	517.038	868,73	817,55	723,52	986,19	747,23	910,93
Agente administrativo público	316.761	911,82	661,40	679,31	1.072,50	926,14	1.103,37
Administrador/a de empresas	502.895	1.202,86	986,87	774,85	1.411,18	1.057,85	1.123,93
Técnico/a de nível superior-público	421.318	1.310,56	1.053,94	794,02	1.586,97	1.308,30	1.876,79
Policial civil	72.743	1.510,64	1.344,46	1.320,40	1.457,90	1.488,02	2.087,23
Oficial das Forças Amardas	89.387	2.091,53	2.129,41	1.674,46	2.250,53	1.949,68	2.321,03
Economista	44.772	2.254,66	1.700,77	2.009,08	2.227,19	1.641,35	3.592,64
Auditor/a	68.870	2.408,40	3.512,94	1.584,94	2.588,47	1.986,32	3.133,88
Advogado/a	271.241	2.496,76	3.893,83	2.245,35	2.431,04	2.597,39	2.768,25
Professor/a de nível superior	136.977	2.565,47	1.800,30	2.252,08	3.086,95	2.122,77	2.190,10
Delegado/a e Perito/a	13.973	2.660,52	2.753,91	1.347,25	2.650,73	3.714,45	5.969,61
Médico	257.414	2.973,06	4.429,82	2.576,78	2.801,77	3.260,41	4.110,87
Juiz	10.036	8.320,70	5.905,38	8.038,88	9.018,42	9.750,00	7.331,08

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad), 2001

Nota: (1) Valor em R$ de setembro de 2001

Se dividirmos os tipos de profissionais por faixa de remuneração média, verificamos que, entre as profissões consideradas, os/as profissionais com menor remuneração mensal são os professores e as professoras de educação infantil e do ensino fundamental (em que há predominância de mulheres), seguidos/os de profissionais em funções administrativas de nível

superior em educação, professoras e professores do ensino médio e suboficiais das forças armadas.

Na segunda faixa de remuneração, aparece o/a agente administrativo/a público/a, o/a administrador/a de empresas, os/as técnicos/as de nível superior público, a/o policial civil, as/os oficiais das forças armadas e as/os economistas. Vale lembrar aqui que, nessa faixa, no que se refere ao serviço público, aparecem profissionais, tais como o/a policial civil, que têm como exigência mínima a formação em nível superior, semelhante à exigida de um professor e de uma professora para atuar nas séries finais do ensino fundamental, e mais especificamente, no ensino médio, e apresentam, no caso da Região Sudeste, uma remuneração mensal 48,89% superior à do/a professor/a. De modo geral, a comparação dessas duas faixas indica que os/as profissionais nela localizados/as têm salários de 1,4 até duas vezes maiores que os salários do primeiro grupo de profissionais.

Da mesma forma, é na terceira faixa que aparecem os maiores níveis de remuneração, com salários mais diferenciados dos da primeira faixa. Dentre esses/essas profissionais, destacam-se auditores/as, advogados/as, professores/as de nível superior, delegados/as e peritos/as, médicos/as e juízes/as. Apresentam uma média de remuneração de três a sete vezes maior que a dos/as profissionais da primeira faixa. É preciso questionar aqui a magnitude da diferença dos salários se comparada à formação superior exigida para o exercício das profissões analisadas. Essa diferença também é perceptível se compararmos o salário das professoras e dos professores de ensino superior com o de outras/os apontadas, de profissões que não exigem formação em nível de pós-graduação, como é o caso dos professores e das professoras de outro nível de ensino.

Certamente a quantidade de profissionais no mercado vai interferir na determinação da remuneração. O que deve ser questionado é o fato de as profissões mais bem pagas serem exercidas por maioria masculina. Não estamos com isso dizendo que os/as professoras/es do ensino superior têm um rendimento satisfatório; também consideramos que a maioria desses/as profissionais apresentam formação em nível de pós-graduação, em

mestrado e em doutorado, mas ressaltamos os motivos que levam as mulheres a ocuparem tão maciçamente as escolas de educação média, enquanto os homens, as instituições de ensino superior, em menor proporção, felizmente.

Ainda em relação à remuneração dos/as trabalhadores/as brasileiros/as, Viera (2003), citando a pesquisa realizada em 1998 pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), em conjunto com a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), ressalta que o Brasil ocupa uma das piores posições em termos de salário, quando comparado com países cuja economia é bem menor do que a nossa, e relaciona os baixos salários com a dupla jornada.

Semelhante ao que acontece em todos os outros estados brasileiros,[31] no Espírito Santo, as mulheres são maioria no magistério, que é uma categoria marcada pelo arrocho salarial e pelas precárias condições de trabalho. Quando analisamos os dados fornecidos pela Secretaria de Estado da Administração do Espírito Santo e comparamos os vencimentos dos/as trabalhadores/as do magistério, da saúde e do grupo TAF, vimos que ainda é discrepante, e por demais absurda, a distribuição dos vencimentos desses/as trabalhadores/as, se comparados ao nível de escolarização. Observamos que as duas categorias que vêm sendo constituídas majoritariamente por mulheres, como a educação e a saúde, recebem salários inferiores ás/aos das/dos trabalhadores e trabalhadoras do grupo TAF, composto majoritariamente por homens. Nossa primeira intenção era comparar as folhas de pagamento das três secretarias que abrigam esses/essas profissionais, mas, mesmo tendo atendido a toda a demanda burocrática solicitada, não conseguimos material suficiente para realizar tal estudo. Assim, optamos por selecionar da SEDU somente o magistério e, da SEFA , o pessoal do grupo TAF. A escolha da rede estadual deve-se ao fato de ser a mais numérica e estender-se por todos os municípios do Estado.

A tabela 4 ilustra essa questão

[31] Perfil dos professores da educação básica (MEC/INEP/1997).

Tabela 4 – Distribuição por sexo, escolaridade e vencimentos dos/das trabalhadores/as do magistério, Secretaria de Saúde e pessoal do grupo TAF do Estado do Espírito Santo.

Setores	**Sexo**			**Escolaridade[1]**											**Vencimentos[2]**	
	FEM	MAS	NI	E.F.C	E.F.I.	E.M.C	E.M.I	L.C.C	L.C.I.	S.C	S.I	AL	NA	NI	Piso Inicial	Teto no final da carreira
Magistério	14.662 **83,70%**	2.852 **16,28%**	4 **0,00%**	8 **0%**	2 **0%**	5.880 **34%**	2 **0%**	282 **2%**	82 **0%**	8.845 **50,49%**	2.471 **14%**	0 **0%**	0 **0%**	6 **0%**	296,09	1.215,13
Saúde	401 **66,83%**	199 **33,17%**	0 **0,00%**	96 **16%**	69 **12%**	244 **41%**	34 **6%**	0 **0%**	0 **0%**	147 **24,50%**	7 **1%**	1 **0%**	1 **0%**	0 **0%**	287,00	1.200,00
Grupo TAF	268 **35,78%**	481	0 **0,00%**	20 **3%**	20 **3%**	198 **26%**	25 **3%**	0 **0%**	0 **0%**	298 **40%**	188 **25%**	0 **0%**	0 **0%**	0 **0%**	3.150,30	3.218,59

Fonte: Secretaria do Estado de Administração e Educação, Gerência de Avaliação/SEDU, Sindicato dos Trabalhadores em Educação (Sindiupes), Sindicato dos Servidores na Saúde do Espírito Santo e Sindicato do Pessoal do Grupo TAF (Sindfiscal).

Nota (1) – E. F. C. Ensino fundamental completo; E.F.I. Ensino fundamental incompleto; E.M.C – Ensino médio completo; E.M.I. – Ensino médio incompleto; S.C – Superior completo; S. I – Superior incompleto; L.C.C. Licenciatura curta completa; L.C.I. Licenciatura curta incompleta; A.L. Alfabetizado; A.N – Analfabeto; N. I – Não informado.

Nota (2) – Os vencimentos aqui apresentados referem-se ao salário base. No caso do magistério, os vencimentos são calculados a partir da maior formação acadêmica (níveis de I a VII) que vai do ensino médio ao doutorado, e por tempo de serviço (1 a 16). O piso inicial refere-se a um/a professor/a com formação em nível médio, em início de carreira, e o teto no final de carreira refere-se a um/a professor/a com doutorado e com 30 anos de trabalho. No caso das/dos

trabalhadores/as da saúde, os vencimentos aqui apresentados foram extraídos da tabela dos servidores da Secretaria de Saúde, respeitado o maior e menor vencimento, referente a 30 horas de trabalho. Em relação ao pessoal do grupo TAF, os/as trabalhadores/as recebem um salário base acrescido de uma gratificação fixa mínima de R$ 3.080,00 e máxima de R$ 4.400,00, a partir da produtividade por quarenta horas de trabalho. Os cálculos foram realizados a partir da produtividade mínima obrigatória. De acordo com o Sindifiscal, o cálculo dessa produtividade depende de uma série de fatores, que são variantes a partir do desempenho do mês, em função das atividades desenvolvidas.

Ressaltamos que os dados referentes à SEDU fornecidos pela Secretaria de Administração somente se referem ao magistério. Esse quadro torna-se ainda mais alarmante se considerarmos os vencimentos dos/das demais servidores/as da Secretaria, que são, de fato, ainda mais desvalorizados que os do magistério. As serventes, que são as/os trabalhadoras/es lotadas/os na SEDU, que recebem menor remuneração, de acordo com a tabela vigente receberiam R$ 70, 00, mas, para atender à Constituição Federal (artigo 7º, inciso IV), que garante aos/às trabalhadores/as urbanos/as e rurais

> "[...] salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender às suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada, sua vinculação para qualquer fim [...]" (BRASIL, 1998)

O Estado amplia o salário até o salário mínimo. Apesar de o magistério apresentar um percentual de formação de nível superior ao dos/das trabalhadores e trabalhadoras do grupo TAF, o piso no final de carreira, mesmo de um/a professor ou professora que possuir formação em nível de pós-graduação "strito sensu" (mestrado ou doutorado) e trabalhar há trinta anos na rede estadual não chega a 50% do salário base inicial do pessoal do grupo TAF. Ressaltamos ainda que os dados aqui apresentados trabalharam com a gratificação mínima de produtividade dos/as trabalhadores/as da fazenda. Nos dados apresentados sobre os/as servidores/as da Saúde observamos que um/a trabalhador/a com formação em nível médio, como, por exemplo, um/a técnico/a em enfermagem, recebe 47,16% a mais que um/a professor/a que apresenta o mesmo grau de escolaridade.

Quando relacionamos os/as trabalhadores/as com formação superior, a diferença é ainda mais alarmante. Na Secretaria de Saúde, trabalhadores/as como bibliotecário/a e economistas têm vencimentos 184,75% superiores ao de um/a professor/a com curso superior completo, ou seja, mesmo que

também exista a feminização da enfermagem (VIEIRA; ARAÚJO, 2003) e as enfermeiras sejam parte substancial do pessoal da Saúde, ainda assim o fenômeno da feminização não só acontece numericamente no magistério, como também interfere no salário das professoras e dos professores. Para Silva (2002), a diferença existente entre os salários pagos aos/às profissionais do magistério e a outros/as servidores/as cuja composição é masculina demonstra a desigualdade salarial por sexo.

Ao compararmos a proporção de funcionários em relação à participação na folha de pagamento,[32] por exemplo, verificamos, em estudos econômicos realizados pelo Sindiupes (1995), que, apesar de o magistério representar 43% do número de funcionários do Estado, representa somente 20% da folha de pagamento.

> "Essa inversão de proporções mostra que a idéia de que, no magistério, a discriminação de gênero não acontece, e que tanto homem quanto mulher têm as mesmas oportunidades nas relações de trabalho não se sustenta, se ousarmos olhar o valor da hora-aula. É a velha história: poder, podem, conseguir, poucos conseguem. E, nessa "corrida", com certeza os homens "largam com muitos metros, senão quilômetros de vantagem" (SILVA, 2002, p. 108).

Não queremos aqui dizer que os vencimentos desses/as trabalhadores/as são suficientes e que eles e elas devem, diferentemente do magistério, mostrar-se satisfeitos/as com os seus vencimentos; antes, propomos uma reflexão sobre as justificativas que foram sendo socialmente construídas para explicar essa disparidade na valorização profissional do magistério e questionar que elementos vêm historicamente sustentando essa desvalorização. No caso do magistério, podemos citar a questão da feminização que, como vimos, foi e é utilizada como elemento ideológico para a aceitação, não só por parte

[32] Procuramos obter essa documentação com a Secretaria de Administração e Finanças tanto da administração atual como da anterior, mas infelizmente não nos foi disponibilizado. O material fornecido tem uma apresentação muito sintética. Contamos com a colaboração de diretores/as do SINDIUPES, SINDISAÚDE e SINDIFISCAL para completarmos nossa análise.

do magistério, como também pelo conjunto da sociedade, da atuação docente como um "bico", um salário auxiliar para mulheres que, além de serem profissionais, carregam o estereótipo da "responsabilidade primeira da mulher" de ser mãe e esposa, uma vez que, como já vimos anteriormente, o trabalho público é considerado uma responsabilidade masculina, enquanto, o privado, o do cuidado e da manutenção e reprodução da vida, uma responsabilidade da mulher.

Outro elemento a se destacar é a carga horária, certamente, se considerarmos que dos/das profissionais analisados/as a carga horária semanal é menor. Entretanto, mesmo que relacionássemos os vencimentos do pessoal da Saúde e do grupo TAF com a carga horária devida ao magistério, ainda assim teríamos incoerência no valor dos vencimentos daqueles em relação ao do magistério. Além disso, a legalização da dupla jornada de trabalho não é nem de longe o que muitas pessoas concebem, ou seja, um privilégio dado ao magistério. Na verdade, o que se percebe é que a dupla jornada é utilizada para justificar e, muitas vezes, esconder os baixos salários das professoras e dos professores. É muito comum, nós, professores e professoras, ouvirmos frases do tipo: "Vocês ganham pouco, mas podem trabalhar em dois ou até três empregos". A dupla jornada[33] deve ser entendida como uma estratégia de sobrevivência utilizada pelo magistério, assim como uma artimanha do Estado para mascarar mais os péssimos salários dos professores e das professoras.

Ao analisar as condições em que o magistério, nas suas palavras, "sobrevive", Vieira (2003) destaca que, se consideramos o valor do salário mínimo necessário estimado pelo Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócios-Econômicos (Dieese), em novembro de 2003, que foi de R$ 1.366,76, constatamos, não com espanto, mas com revolta, que a maioria dos/as educadores/as brasileiros/as está abaixo dos padrões mínimos de consumo. Esse dado pode justificar o que a mesma autora explicita sobre a saúde dos/das professores/as: em nível nacional, 37% sofrem de perda de

[33] No Espírito Santo, 30,6% professores e professoras da educação básica da rede pública têm a jornada semanal de trabalho de 20 horas, 11,7%, de 30 horas, 15,5 %, de quarenta horas (VIEIRA, 2003).

envolvimento pessoal com o trabalho.

Outro fator a ser destacado é a dificuldade de se conseguir dados referentes à composição do magistério por sexo na rede estadual de ensino. Mostra disso é o fato de no próprio censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), não aparecer a distribuição por sexo dos profissionais. Também nos órgãos estaduais tivemos imensas dificuldades em apurar o percentual de professores e professoras por sexo, o que, de certa forma, aponta para a falta de percepção, ou para a omissão de que a composição majoritária de mulheres no magistério é um fator constitutivo e constituinte da profissionalidade docente. Desse modo podemos considerar que, a despeito da totalidade de as pessoas envolvidas no cotidiano escolar não perceberem a relação da precarização e/ou da desvalorização do magistério, devido ao fato de este ser composto majoritariamente por mulheres, é inegável a constante e crescente pauperização dos/as professores e professoras no Brasil.

REFERÊNCIAS

BRASIL. CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988.

CAMACHO, Thimoteo Mello. **Mulher, trabalho e poder**: o machismo nas relações de gênero na UFES. Vitória: EDUFES, 1997.

CATANI, Denice Barbara. et all. Pesquisa educacional e na formação. In: CATANI, Denice et al. **Docência, memória e gênero: estudos sobre formação**. São Paulo: Escrituras, 2000. p. 13-47.

LAVILLE, C; DIONNE, J. **A construção do saber:** manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Porto Alegre: ARTMED, 1999.

LOURO, Guacyra Lopes. Gênero e magistério: identidade, história, representação. IN: CATANI, Denice et al. **Docência, memória e gênero: estudos sobre formação**. São Paulo: Escrituras, 2000. p. 73-81.

ROSEMBERG, Flúvia; PINTO, Regina, P. **A educação da mulher**. São Paulo: Nobel, 1995.

SILVA. Erineusa Maria. **As relações de gênero no magistério**: a imagem da feminilização. Vitória: EDUFES, 2002.

VIEIRA, Jussara Dutra. **Identidade expropriada**: retrato do educador brasileiro. Brasília: CNTE, 2003.

VIEIRA, Sarita Brazão; ARAÚJO, Anísio José da S. Gênero, precarização e saúde no trabalho hospitalar. In: Carvalho, Maria Eulina P.;PEREIRA Maria Zuleide da C. **Gênero e educação:** múltiplas faces. João Pessoa: Universitária, 2003. P. 147-171

WHITELAW, Sarah. Questões de gênero e equidade na formação docente. In: Carvalho, Maria Eulina P.; Pereira, Maria Zuleide da C. **Gênero e educação:** múltiplas faces. João Pessoa: Universitária, 2003. p. 33